2.1. Education governance, autonomy and accountability

SP - (18859) - A INFLUÊNCIA DA REGULAÇÃO EDUCATIVA TRANSNACIONAL EM ANGOLA: BREVES REFLEXÕES SOBRE OS EFEITOS NO FINANCIAMENTO DO ENSINO PRIMÁRIO

Alexandrino Mpanzo (Portugal)[1]; Luísa Cerdeira (Portugal)[1]

1 - Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

Short Abstract

Este trabalho é resultado de uma investigação doutoral sobre "a desconcentração e descentralização das políticas de financiamento do ensino primário em Angola". Partindo da constatação de que Angola enquanto Estado-membro de diversas organizações regionais, continentais e mundiais tem vindo a rececionar, a ratificar e a implementar vários princípios, recomendações e normativos emanados por estas organizações no domínio especifico da regulação da educação, em geral, e em particular do financiamento dos sistemas educativos, empreendemos uma reflexão teórico-crítica sobre os efeitos das diretrizes emanadas no âmbito da regulação transnacional da educação no sistema de financiamento do ensino primário em Angola.

Portanto, o objetivo deste trabalho visou compreender em que medida as diretrizes da regulação transnacional da educação influenciam (positiva e negativamente) as políticas de financiamento do ensino primário em Angola. Para tal, de forma inédita e inovadora enfatizamos o papel que o financiamento da educação pode desempenhar no encontrar de virtualidades e obstáculos à regulação dos sistemas educativos.

Metodologicamente, nossa investigação foi suportada pelas metodologias qualitativa e quantitativa, também designadas de métodos mistos ou *mixed methods research*.. Quanto aos métodos utilizados, privilegiamos a pesquisa documental, bibliográfica e levantamento de dados quantitativos.

Constatamos que a regulação transnacional em educação tem exercido uma grande influência no desenho das políticas públicas que suportam o modelo de financiamento do sistema educativo angolano. Essa influência é impulsionada por vários fatores, destacando-se essencialmente dois: em primeiro lugar, a necessidade de Angola ajustar e potencializar as políticas públicas de educação no sentido de cumprir com os objetivos que derivam dos compromissos assumidos perante estas organizações, e, em segundo lugar, a necessidade de modernizar e equiparar o seu sistema educativo aos de outros países. Sob este prisma, vislumbramos uma possibilidade concreta de estabelecimento de diálogos, conexões e interações entre o financiamento da educação e a regulação e multirregulação em educação.

Palavras-chave: Angola, financiamento do ensino primário, regulação e multirregulação em educação, políticas públicas.

References

Barroso, J. (2018). A transversalidade das regulações em Educação: modelo de análise para o estado das políticas educativas em Portugal. Educação e Sociedade, Campinas, v. 39, nº. 145, p.1075-1097, out.-dez., 2018.

Barroso, J. (2013). A emergência do local e os novos modos de regulação das políticas educativas. EDUCAÇÃO|TEMAS E PROBLEMAS, 12 e 13, 2013, pp. 13-25. Disponívelem http://www.revistas.uevora.pt/index.php/educacao/article/viewFile/11/5.

Barroso, J. (0rg). (2006). A regulação das políticas públicas de educação: espaços, dinâmicas e actores (pp. 9-37). Lisboa: Educa.

Barroso, J. (outubro de 2005). Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. Educação e Sociedade, pp. 725-751.

Dias. M. (2008). Participação e Pode na Escola Pública. Lisboa: Edições Colibri. p. 225.

Baixinho, A. F. (2011). Educação e autarquias. Lógicas de acção do poder autárquico face ao poder central e aos micro-poderes locais. Revista Lusófona de Educação, 18, 2011.

Cabrito, B. G. Economia da Educação. Lisboa: Texto Editora. 2002. 112 páginas.

Costa, G. M. J. V. L. P. (2019). O direito à educação na República de Angola - A universalidade e a gratuitidade do ensino no ordenamento jurídico angolano (Tese de doutoramento). Universidade de Lisboa, Faculdade de Direito. Lisboa, Portugal.

Dal-Farra, R. A. & Fetters, Michael D. (2017). Recentes avanços nas pesquisas com métodos mistos: aplicação nas áreas de educação e ensino. Revista Acta Scientae, Canoas, V. 19. n. 3, p-466-492, maio/junho 2017. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/325090710

Dal-Farra, R. A., & Lopes, P. T. C. (2013). Métodos mistos de pesquisa em Educação: Pressupostos Teóricos. Revista Nuaces: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP. v. 24. n. 3. p. 67-80, set./dez. 2013. Disponível em http://dx.doi.org/10.14572/nuances.v24i3.2698.

Diallo, A. O. (2016). A Nova parceria para o desenvolvimento de África – NEPAD – Paradigma para o desenvolvimento. (Tese de doutoramento). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Direito. Porto Alegre, Brasil.

Eduardo, P. T. (2019). Políticas públicas de Educação e formação contínua em Angola. (Dissertação de mestrado). Universidade de Lisboa, Instituto de Educação.

Giovanni, G. (2009). As estruturas elementares das políticas públicas. Revista Caderno de Pesquisa, n. 82, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEPP, 2009.

Hoselits, B. F. (1967). Algumas reflexões sobre a Economia da Educação nos Países Subdesenvolvidos. Em Centro Regional de Pesquisas Educacionais "Prof. Queiroz Filho" (Orgs), Planificação da Educação e seus problemas económicos e sociais. (pp.92-106) Série I, Estudos e Documentos, Volume 2. São Paulo, Brasil.

Ngaba, A. V. (2017). Transnacionalismo e Políticas Educativas: O impacto do Sistema Educativo Mundial nos Sistemas Educativos Nacionais: o Caso Angolano (1975-2015). Tese (Doutoramento em Ciências da Educação) – Faculdade de Educação e Psicologia, Universidade Católica Portuguesa, 2017.

Paxe, I. P. V.(2014). Políticas Educacionais em Angola. Desafios do direito à educação. Tese (Doutoramento em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

Ramos, F., Félix, P. Perdigão, R. (2016). Organização Escolar: as turmas. Lisboa: Conselho Nacional de Educação. pp. 86.

Sabatier, P., & Jenkins-Smith, H. (1999). *The advocacy coalition framework: an assessment. In P. A. Sabatier* (Ed.), *Theories of the policy process* (pp. 117-166). *Boulder: Westview Press*.

Schultez, T. W. O valor económico da educação. 2ª Edição. Tradução: Wernec, P.S. Revisão técnica de Pajuaba, C. A. – Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

Souza, K. R., Kerbauy, M. T. M. O Direito à educação nas declarações sobre Educação para todos de Jomtien, Dakar e Incheon. RPGE– Revista on line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 22, n. 2, p. 668-681, maio/ago., 2018. E-ISSN:1519-9029.
DOI: 10.22633/rpge.v22.n2.maio/ago.2018.11679.

Afonso, A. J. (1999). Políticas Educativas e Avaliação Educacional. Braga: Edição do Centro de Estudos em Educação e Psicologia, Instituto de Educação e Psicologia. 1ª Edição 1998. 1ª Reimpressão 1999. p. 421.